



COORDENADORIA MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL
ESTADO DO PARANÁ



REGIMENTO INTERNO DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

CAPITULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.. 1º - Entende-se por Proteção e Defesa Civil, para efeitos do presente regimento, o conjunto de medidas preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas, destinadas a evitar consequências danosas de eventos previsíveis, preservar o moral da população e restabelecer o bem-estar, quando da ocorrência desses eventos.

Parágrafo único. A defesa comunitária está fundamentada no princípio de que nenhum governo tem a capacidade para solucionar sozinho todos os problemas que possam afetar a comunidade e procura, desde as primeiras ações, contar com a participação social para solução dos problemas de todos.

Art.. 2º. A Coordenadoria Municipal de Proteção e da Defesa Civil, COMPDEC, criada pela **Lei Municipal nº 370, de 23 de Novembro de 2010**, nomeada pelo Decreto 012/2025, Diário Oficial dos Municípios do Paraná (DIOE), e Portaria 82/2025, DIOE/PR, juntamente com os membros do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, nomeados pela nº11/2025, publicada no Diário oficial dos Municípios do Paraná, institui o Regimento do Fundo Municipal de Defesa Civil - FUNDEC de Jundiá do Sul - PR, e dá outras providências.

§ 1 A Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMPDEC constitui instrumento de articulação de esforços da Prefeitura com as demais entidades públicas e privadas existentes na jurisdição municipal, além de manter constante contato com as Coordenadorias Regionais de Defesa Civil e Estadual de Defesa Civil, as quais integram do Sistema Estadual de Defesa Civil.

Art. 3º - A ação administrativa de defesa contra qualquer evento desastroso, que ocorra no Município, obedecerá às determinações estabelecidas neste regimento interno da COMPDEC.



COORDENADORIA MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL
ESTADO DO PARANÁ



§ 1º O munícipe atingido por intempéries terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas do início do ocorrido, para recorrer ao atendimento prestado pela Coordenadoria Municipal da Defesa Civil.

§ 2º A municipalidade disponibilizará mais de um canal (protocolo *on line*, via site do município, telefone etc.) de comunicação com a Defesa Civil.

Art. 4º - A COMPDEC ficará diretamente subordinada ao Prefeito Municipal.

CAPITULO II
DA ORGANIZAÇÃO

Art. 5º. As atividades de Defesa Civil no Município de Jundiá do Sul - PR, serão organizadas sob forma de sistema, a qual contará com um órgão central presididos:

Diretor Executivo: Prefeito Municipal (Presidente)

Vice- diretor executivo: Vice-prefeito (Vice-presidente)

Art. 6º - A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil terá a seguinte estrutura:

- I) Coordenadoria;
- II) Conselho Municipal;
- III) Secretaria;
- IV) Setor Técnico Financeiro;
- V) Setor Operativo.

Art. 8º - O cargo de coordenador da COMPDEC será nomeado pelo Prefeito Municipal.

Art. 9º - Compôr-se-á a diretoria de operações da COMPDEC:

- I) Coordenador;
- II) Diretor de operações;
- II) Um secretário.



COORDENADORIA MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL
ESTADO DO PARANÁ



Art. 10 - O cargo de diretor de operações será exercido por pessoa que tenha liderança e possua conhecimento sobre Proteção e Defesa Civil.

Art. 11 - O cargo de secretário será designado pelo presidente da COMPDEC.

Art. 12 - O grupo de atividades fundamentais – GRAF, responsável pelo setor Técnico-Operacional será constituído de representantes dos departamentos:

- 1) Departamento Municipal de Planejamento;
- 2) Departamento Municipal de Obras, Habitação e Saneamento;
- 3) Departamento de Transportes;
- 4) Departamento Municipal de Educação;
- 5) Departamento Municipal da Saúde;
- 6) Departamento Municipal de Assistência Social;
- 7) Polícia Militar.

Art.º 13 - O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, será constituído por representantes governamentais dos departamentos supracitados, da polícia militar e da câmara de vereadores, assim como de seguimentos sociais não-governamentais: tais como associações de pais e mestres de instituições de ensino (regular e especial), do Programa Agricultura Familiar, de instituições religiosas existentes no município, do sindicato de trabalhadores.

CAPITULO III
DO FUNCIONAMENTO

Art. º 15 - O munícipe atingido por intempéries terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas do início do ocorrido, para recorrer ao atendimento prestado pela Defesa Civil.

a) A municipalidade disponibilizará mais de um canal (protocolo, telefone etc.) de comunicação com a Defesa Civil.

b) A COMPDEC realizará ações de conscientização acerca da Defesa Civil, as quais deverão ser executadas, preferencialmente, nos estabelecimentos de ensino.

c) tratar de assuntos pertinentes à Proteção e Defesa Civil, ocasião em que a COMPDEC reunir-se-á, em todo ou em parte, a critério do Presidente do Conselho, no mínimo cada semestre.



COORDENADORIA MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL
ESTADO DO PARANÁ



d) Acionar, por determinação do Coordenador, a COMPDEC, sem necessidade de qualquer ato formal.

§ 1º - A fase de socorro se procederá quando da ocorrência de eventos desastrosos que importem em medidas operacionais onde são estabelecidas as atividades já planejadas previamente e se caracterizam principalmente como de comunicação, transporte, evacuação, salvamento, segurança e saúde e que justifiquem situação de emergência e estado de calamidade pública.

§ 2º - A fase de recuperação é a que se procede prevalecendo as atividades exercidas pelos serviços públicos, pelas ações comunitárias de toda a ordem, com o fito de recuperar as situações afetadas e de se elevar o moral social.

§ 3º - Na fase de prevenção serão efetuados estudos, análises, avaliações das situações anteriores, coleta de informações, revisões, defesa do patrimônio, observação, alerta e mobilizações previamente sistematizadas, de caráter permanente e que tem por finalidade proporcionar dados e atitudes que determinarem medidas acauteladoras para neutralizar, amenizar a prevenir eventos desastrosos.

Art.º 16 - A Situação de Emergência e o Estado de Calamidade Pública passam a ter as seguintes conceituações:

I - caracteriza-se por situação de emergência a configuração de índices que revelem a iminência de fatores anormais e adversos que possam vir a provocar calamidade pública;

II - caracteriza-se por calamidade pública o fenômeno anormal e adverso capaz de afetar gravemente a população com uma ou mais das seguintes consequências:

- a) ameaça à existência e/ou à integridade da população, quando houver, por exemplo, elevado número de óbitos, pessoas feridas e/ou doentes;
- b) paralisação dos serviços públicos essenciais como luz, água, transporte, dentre outros;
- c) destruições de residências e/ou prédios públicos como hospitais, escolas, etc,
- d) escassez de alimentos e/ou medicamentos;
- e) paralisação das atividades econômicas nos setores primário, secundário e terciário.



COORDENADORIA MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL
ESTADO DO PARANÁ



Art. 17 º - Em decorrência de quaisquer eventos descritos no presente regulamento o Prefeito Municipal, conforme o caso decretará situação de emergência ou estado de calamidade pública.

§ 1º - A situação de emergência será decretada quando existir a configuração de indícios que revelem a eminência de fatos anormais e adversos, que possam vir a provocar calamidade pública.

§ 2º - O estado de calamidade pública será decretado quando um fenômeno anormal e adverso afetar gravemente a população, com uma ou mais das seguintes consequências:

- a) Ameaça à existência e/ou à integridade da população, com elevado número de mortos, feridos e/ou doentes;
- b) Paralisação de serviços públicos essenciais, tais como energia elétrica, fornecimento de água, paralisação de transportes e outros;
- c) Destruição de casas e edifícios;
- d) Falta de alimentos ou medicamentos;
- e) Paralisação de atividades econômicas seja do setor primário quanto secundário ou terciário.

CAPÍTULO IV
DA COMPETÊNCIA

Art. 18 º - Competências do COMPDEC:

- I – Coordenar e executar as ações de Proteção e Defesa Civil;
- II – Manter atualizadas e disponíveis as informações relacionadas à Proteção e Defesa Civil;
- III – Elaborar e implementar planos, programas e projetos de Proteção e Defesa Civil;
- IV - Propor à autoridade competente a declaração de situação de emergências e de estado de calamidade pública, observando os critérios estabelecidos pelo CONDEC – Conselho Nacional de Defesa Civil;
- V - Executar a distribuição e o controle de suprimentos necessários em situações de desastres.



COORDENADORIA MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL
ESTADO DO PARANÁ



VI - Implantar o banco de dados e elaborar os mapas temáticos sobre ameaças, vulnerabilidades e riscos de desastres;

VII - Estar atenta às informações de alerta dos órgãos de previsão e acompanhamento para executar planos operacionais em tempo oportuno;

VIII - – Implantar programas de treinamento para voluntariado;

Art.º 19 - Competências do CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL;

I - elaborar o plano de ação anual, objetivando o atendimento de ações em tempo de normalidade, bem como em situações emergências, com recursos do orçamento do Fundo Municipal de Defesa Civil - FUMDEC;

II - promover recursos orçamentários próprios necessários às ações relacionadas com a minimização de desastres e com o restabelecimento da situação de normalidade, para serem usados, quando necessário, como contrapartida da transferência de recursos da União e dos Estados, de acordo com a legislação vigente;

III - administrar os recursos financeiros do Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil - FUMDEC, bem como prestar contas anualmente acerca da gestão financeira daqueles;

IV - adquirir materiais e equipamentos necessários às ações preventivas e/ou de restabelecimento da situação de normalidade, tais como lonas, telhas, alimentos, água potável, colchões, roupas e demais aquisições que se fizerem necessárias.

§ 1º Compreendem as despesas para ações de resposta a desastres aquelas relacionadas ao socorro e à assistência emergenciais e de reabilitação, incluindo-se obras de engenharia para reparos de pontes e reconstrução de vias que eventualmente forem atingidas em razão das intempéries.

§ 2º Os casos omissos deverão ser submetidos à análise e, posteriormente, à decisão pelos membros do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Art.º 20 - O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC do Município de Jundiá do Sul - PR será composto por 05 (cinco) membros, os quais seguirão a proporção abaixo:

I - um presidente, indicado pelo Chefe do Poder Executivo;



COORDENADORIA MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL
ESTADO DO PARANÁ



II – representante do departamento de Planejamento, Obras, Saúde, Educação e Assistência Social;

III – Representantes da Polícia Militar e da Câmara de Vereadores;

IV -representantes de seguimentos da sociedade civil, tais como de instituições religiosas e associações de pais e mestres de instituições de ensino, associação de pais e filhos dos excepcionais, associação de agricultores do Programa Agricultura Familiar;

Parágrafo único. Os membros do Conselho não serão remunerados a qualquer título, sendo, entretanto, as atividades desenvolvidas por eles consideradas como serviços públicos relevantes.

CAPITULO V

DO FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Art.º 21 - O Fundo Municipal de Defesa Civil - FUMDEC do Município de Jundiá do Sul - PR, o qual será vinculado ao Gabinete do Chefe do Poder Executivo municipal e será administrado pelo Conselho Municipal de Defesa Civil – COMPDEC.

Parágrafo único. O FUMDEC tem por finalidade captar, controlar e aplicar recursos financeiros próprios ou oriundos de doações, de modo a garantir a execução de ações de prevenção e de preparação de áreas de risco de desastres, de resposta e de recuperação de áreas atingidas por intempéries no âmbito municipal.

Art.º 22 - Constituem receitas do FUMDEC:

I - as receitas correntes líquidas do Município no montante de 0,1% (zero vírgula um por cento);

II - as dotações orçamentárias consignadas anualmente no Orçamento Geral do Município e os créditos adicionais que lhe forem atribuídos;

III - os recursos transferidos pela União, Estados e Municípios por meio de convênios que firmam estratégias e programas de defesa civil;

IV - os auxílios, dotações, subvenções e contribuições de entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, destinadas a prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação;

V - os recursos provenientes de donativos e contribuições de pessoas físicas e jurídicas para fins exclusivos de aplicação em proteção e defesa civil;

VI - os saldos apurados no exercício anterior;



COORDENADORIA MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL
ESTADO DO PARANÁ



VII - os saldos dos créditos extraordinários e especiais, abertos para atendimento de situação anormal caracterizada como de emergência ou estado de calamidade pública;

VIII - recursos oriundos de emendas parlamentares;

IX - outros recursos financeiros que lhe forem legalmente disponibilizados e atribuídos.

§ 1º O saldo positivo do FUMDEC, apurado em balanço a cada exercício financeiro, será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo.

§ 2º Os recursos do FUMDEC serão movimentados em conta corrente específica aberta junto aos Bancos do Brasil ou da Caixa Econômica Federal, sediados no município.

Art.º 23 - Compete ao Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, além de supervisionar e fiscalizar os recursos empregados pelo FUMDEC, as seguintes atribuições:

I - ditar normas e instruções complementares disciplinadoras da aplicação dos recursos financeiros disponíveis;

II - sugerir o plano de aplicação para o exercício seguinte;

III - disciplinar e fiscalizar o ingresso de receitas;

IV - decidir sobre a aplicação dos recursos;

V - analisar e aprovar semestralmente as conta do FUMDEC;

VI - promover o desenvolvimento do FUMDEC e exercer as ações para que seus objetivos sejam alcançados;

VII - apresentar, anualmente, relatório de suas atividades;

VIII - definir critérios para aplicação de recursos nas ações preventivas.

Seção I

Em Situação de Normalidade

Art.º 24 - Compete ao Presidente ou Coordenador da COMPDEC:

I - Sugerir ou recomendar à Coordenadoria Regional e Estadual de Proteção e Defesa Civil medidas específicas ou prioritárias para prevenir, evitar ou sanar calamidades previsíveis;

II - Representar a Comissão Municipal de Proteção e Defesa Civil;

III - Propor e firmar convênios com Municípios, vizinhos, em termos de Proteção e Defesa Civil, para ajuda recíproca, em caso de necessidade;



COORDENADORIA MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL
ESTADO DO PARANÁ



IV - Supervisionar as atividades da equipe de Proteção e Defesa Civil no Município;

V - Firmar convênios com órgãos federais e estaduais existentes no Município, para elaboração de planos de emergência específicos ou gerais da equipe de Proteção e Defesa Civil e treinamento de pessoal para os fins específicos, solicitando o apoio necessário;

VI - Convocar e presidir a COMPDEC;

Art.º 25 - Compete ao Diretor de Operações:

I - Identificar e acompanhar os fatores anormais e adversos da natureza de ocorrência periódica na área, bem como, de outras origens, que possam ocorrer no Município, caracterizando-se eventos desastrosos;

II - Convocar e orientar as diversas subcomissões da COMPDEC nos trabalhos de Defesa Civil;

III - Organizar e manter atualizado a relação de endereço de todos os integrantes da COMPDEC, para elaboração dos planos de chamada;

Art.º 26 - Compete ao Secretário, realizar o trabalho administrativo da Defesa Civil, manter o Plano de Contingência atualizado;

Seção II

Em Situação de Anormalidade

I - AO PRESIDENTE / COORDENADOR DA COMPDEC:

a) Comunicar os eventos anormais à Coordenadoria Geral de Defesa Civil e as autoridades a nível estadual e federal, no menor espaço de tempo, informando as circunstâncias e extensão do evento danoso e das necessidades para o atendimento da população;

b) Ditar medidas administrativas de emergência para a cobertura das despesas necessárias;

c) Solicitar da Defesa Civil do Estado e demais autoridades auxílio necessário para complementação dos serviços emergências, notadamente para atender e socorrer os necessitados;



COORDENADORIA MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL
ESTADO DO PARANÁ



- d) Decretar situação de emergência ou estado de calamidade pública, quando necessário e determinar as providências necessárias para o levantamento dos danos e suas consequências;
- e) Ordenar despesas com dispensa de licitação observando-se a legislação em vigor;
- f) Prestar contas ao Fundo Municipal de Defesa Civil e as autoridades competentes sobre os recursos recebidos e dos acordos firmados com a adoção das medidas legais previstas na legislação em vigor;
- g) Somente encerrar a operação após o completo retorno à normalidade, podendo desativar os órgãos à medida que se tornam desnecessárias à mesma;
- h) Supervisionar todas as atividades de Proteção e Defesa Civil no Município;
- i) Solicitar apoio aos órgãos federais e estaduais no Município, para a adoção de medidas de socorro, assistenciais e recuperativas;

II - AO DIRETOR DE OPERAÇÕES

- a) Providenciar o necessário para o cumprimento das tarefas afins, relativas ao socorro, assistência e recuperação da população atingida;
- b) Acompanhar os trabalhos que estão sendo desenvolvidos em todo o Município;

III - AO SECRETÁRIO:

- a) Compete as tarefas que lhe forem atribuídas pelo Coordenador ou Presidente;
 - 1. Compete as tarefas que lhe forem atribuídas pelo Diretor de Operações.

VI - AO SETOR TÉCNICO -OPERACIONAL

- 1) Isolar as áreas atingidas;
- 2) Providenciar salvamento;
- 3) Combater os incêndios;
- 4) Proteger o patrimônio público e privado;
- 5) Resgatar e evacuar os flagelados;
- 6) Apresentar relatórios parcial e final.



COORDENADORIA MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL
ESTADO DO PARANÁ



VII – AO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

- 1) Cadastrar os flagelados para fins de estatísticas e logísticas;
 - 2) Recepcionar e realizar triagem, assistência aos desamparados;
 - 3) Apresentar relatórios das tarefas procedidas parcial e final.
- Apresentar relatórios da distribuição dos bens e serviços

IX – AO DEPARTAMENTO DE SAÚDE:

- 1) Executar a triagem médica nos locais de abrigo;
- 2) Coordenar a distribuição de medicamentos e assistência aos flagelados;
- 3) Manter rigoroso registro de óbitos, feridos, e atendimentos prestados;
- 4) Coordenar e executar medidas de combate a epidemias;
- 5) Apresentar relatórios parcial e final.

X – AO DEPARTAMENTO DE OBRAS, HABITAÇÃO E SANEAMENTO:

- 1) Realizar perícias nos locais de sinistros, bem como as providências adotadas e prever os recursos necessários para a recuperação nos locais de sinistros;
- 2) Manter o acompanhamento dos níveis de rios e sobre previsões especializadas;
- 3) Estabelecer prioridades sobre as áreas a serem evacuadas;
- 4) Supervisionar e orientar atividades de combate a calamidades decorrentes do desequilíbrio biológico;
- 5) Supervisionar e orientar os serviços de recuperação dentro das respectivas especialidades.

XI – AO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES;

- 1) disponibilizar veículos adequados e máquinas necessárias à desobstrução e remoção;
- 2) permitir livre acesso do pessoal de trabalho à área conflagrada;
- 3) facilitar locomoção das equipes de socorro;
- 4) apressar evacuação da população da área;
- 5) coleta e disposição de lixo.

XI – AO DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL: DONATIVOS, DISTRIBUIÇÃO E CADASTRAMENTO DE FLAGELADOS;

- 01) triagem socioeconômica e cadastramento;



COORDENADORIA MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL
ESTADO DO PARANÁ



- 02) entrevista com as famílias assistidas;
- 03) fortalecimento da cidadania participativa;
- 04) mobilização das comunidades.

Capítulo VI
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.º 27 - Consideram-se atividades de serviços relevantes as atividades desenvolvidas em prol da Proteção e Defesa Civil, quando da ocorrência de eventos desastrosos;

Art.º 28 - Os casos omissos neste regimento serão objeto de decisão do Presidente, "*ad referendum*" da COMPDEC;

Art.º 29 - Será sempre em regime de colaboração a atuação da COMPDEC com os órgãos e outras entidades privadas existentes na jurisdição do Município.

Art.º 30 - Este regimento entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jundiá do Sul - PR, 00 de xxxxx de 2000.

Paulo Roberto Pedro
PREFEITO MUNICIPAL, em exercício.